

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Fernanda Peres Corrêa

**“VALE A PENA TEU TRABALHO COM ELES?”: AS FALAS DE PROFESSORAS
SOBRE CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA**

Porto Alegre
2018

Fernanda Peres Corrêa

**“VALE A PENA TEU TRABALHO COM ELES?”: AS FALAS DE PROFESSORAS
SOBRE CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA**

Trabalho de Conclusão apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Pedagogia - Licenciatura da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Karine dos Santos

Porto Alegre

2018

Dedico este trabalho às grandes mulheres da minha vida, que contribuíram para que eu me tornasse quem sou hoje. Mara Jane (minha mãe), Eliane Corrêa (minha dinda), Nathalia Mendonça (minha primeira aluna) e Clementina Corrêa (minha avó – *in memória*).

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer à todas(os) professoras(es) que, com suas práticas diferenciadas e potentes, me inspiraram a querer ser educadora e que também durante a graduação contribuíram na constituição da educadora que sou hoje. Agradeço em nome dos educadores Luciane, Jaqueline, Ana Gabriela, Francimar, Taciana, Patrícia, Liliane, Adriana (*in memória*), Aline, Denise, Maria Clara, Rafael, Rodrigo, Evandro, Clarice, Leda, Carmen e Marília.

Agradeço também meus pais, Mara Jane Peres e Fernando Corrêa, que sempre me apoiaram em minhas trajetórias e decisões. Em especial à minha mãe, uma mulher incrível, batalhadora, mãe maravilhosa, que administrou sozinha carreira, casa e filha por boa parte de sua vida. Sempre me mostrando o quanto era importante ser uma mulher independente com muita força, um exemplo que segui.

À minha avó e dinda agradeço por serem minhas segundas mães. Vó eternizada no meu coração, apenas consegui ver meu nome no listão da UFRGS e compartilhar essa alegria comigo, mas infelizmente não está mais presente em carne para compartilhar esse momento comigo. E à dinda sempre presente como em comentários “linda da dinda”, em todas minhas fotos nas redes sociais e por ter estado ao meu lado no início da graduação, obrigada por todo o carinho e compreensão.

Tenho muito a agradecer a todas(os) minhas(meus) companheiras(os) de luta estudantil junto ao DAFE, de 2013 – 2017, tempo em que compus a gestão deste lindo diretório acadêmico, que tanto contribuiu para minha constituição como educadora e como mulher empoderada. Como não posso citar todos, cito algumas pessoas que me acolheram desde a primeira troca de olhares. Agradeço as professoras/colegas/militantes/amigas Ingrid Talita de Oliveira, Joana Stedile, Joana Ludwig, Paula de Lima, Matheus Santos, Thais Goulart, Danielle Campos, Micaela Gluz, Luciana Melgar, Beatriz Simonetti, Olivia Coelho, Morghana Vasconcellos e Melissa Lemos pessoas que trago em meu coração com muito carinho e exemplo de luta e com quem aprendi muito durante toda essa jornada. Com um agradecimento especial à Thais por me mostrar a Educação Social e por me apresentar a professora Karine. Juntamente com todas/os companheiros de DAFE agradeço ao coletivo #OcupaFaced pelos mais de 50 dias de luta e resistência contra os

retrocessos e os ataques à educação, Pedagogia e Educação do Campo unidos pela educação pública e de qualidade. Juntos participamos de um marco histórico na educação, na luta estudantil e nesta universidade. E aprendemos na prática como a educação em espaços não formais pode ser transformadora, e que viver em coletividade democrática é difícil, mas muito enriquecedora para nossas vidas. Obrigada por compartilhar essa luta comigo em prol da educação.

Agradeço com todo carinho a minha orientadora Karine dos Santos, por me acolher para este trabalho, mesmo sem me conhecer bem e abraçar com tanto carinho a temática que escolhi. Obrigada pelo olhar atento e carinhoso a cada etapa da construção desse trabalho. Não poderia ter escolhido orientadora melhor.

E, por fim, agradeço a família que constitui. Primeiro ao meu companheiro, namorado e melhor amigo, Guilherme da Silva Ricardo, por toda a parceria durante toda a graduação (tu estas praticamente se formando em pedagogia junto comigo), agradeço pela tua crença integral em minha capacidade e nas minhas potencialidades. Por entender e acreditar na importância da profissão que escolhi e, também, na importância da militância que vem junto com ela. Te amo muito. E também, aos meus nenês felinos, que sempre estavam próximos ou junto comigo enquanto estava escrevendo, estudando, sempre me dando amor e carinho nos momentos difíceis, Preta, Frida e Félix.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem o objetivo principal analisar as contradições presentes nas falas de professoras que trabalham com crianças em situação de pobreza. Busquei ao longo deste trabalho, analisar narrativas presentes nas falas das professoras, tentando compreender seus olhares sobre a pobreza, direitos sociais e o modo de como estas crianças são estigmatizadas. Com o olhar pautado nos ideais de educação social, buscando uma prática mais humanizada, pude compreender o quanto essas marcas podem impactar no desenvolvimento destas crianças. O trabalho reflete a exclusão social, e como ela constitui marcas que muitas vezes define trajetórias. No espaço ao qual deveria ser o mais acolhedor e o que mais respeitasse a pluralidade dos sujeitos, a escola. A metodologia foi inspirada na análise das falas das professoras e o referencial teórico utilizado dialogou com Paiva (2015), Vidal (2014 e 2015), Fonseca (1999), Arroyo (2012 e 2013) e Freire (1976 e 2011).

Palavras chave: Direito à educação. Criança. Exclusão Social.

SUMÁRIO

1. Introdução	7
2. Nos caminhos da formação docente	10
2.1 Objetivos.....	12
2.1.1 Objetivo Geral	12
2.1.2 Objetivos específicos	12
2.1.3 Perguntas	13
3. A teoria que me move a compreender o objeto de estudo	13
3.1 Sobre o direito à educação	13
3.2 Sobre educação social	16
3.3 Sobre corpos precarizados	17
3.4 Sobre estigmas e desigualdade social.....	19
4. (In)sensibilidades docentes: as falas de professoras que trabalham com crianças em situação de pobreza	22
4.1 Crianças e famílias pobres: imagens e olhares sobre crianças que vivem em periferias	23
4.2 Sujeitos culpabilizados e estigmatizados socialmente.....	27
5. Conclusão	31
Referências	33

1. INTRODUÇÃO

Refletir sobre a realidade educacional na qual realizarei a minha atividade profissional enquanto pedagoga é de grande importância. Partindo do desejo em refletir e repensar algumas práticas, especificamente na Educação Infantil, e, ligando com minhas experiências em sala de aula nasceu este trabalho. O direito à educação de crianças e a dimensão do cuidado de crianças foram dispositivos fundamentais que me levaram a escolher este tema. A busca por compreender a importância do meu trabalho enquanto Pedagoga, em diálogo com o que eu compreendo desde os referenciais da Educação Social em contextos de infâncias empobrecidas como garantia de direitos, foram fatores fundamentais para eu estar aqui hoje. No propósito do direito à educação e o direito à uma infância plena, digna e que respeite os direitos destes sujeitos em desenvolvimento.

Para compor a investigação tomei como objeto de análise minha experiência em sala de aula como auxiliar de educação em diversas escolas de educação infantil. Em especial, trago como recorte uma experiência ocorrida em um momento de prática docente, realizado no 5º semestre (2017/1) do Curso de Pedagogia, na disciplina Seminário de docência: Organização curricular: Fundamentos e possibilidades - 4 a 7 anos¹. Partindo de muitas reflexões ao longo da minha caminhada no Curso de Pedagogia, neste processo sempre busquei o melhor caminho para minha constituição como professora. Seguida de meu posicionamento enquanto professora em formação, trajetória de vida e como acadêmica de uma Universidade pública sendo eu de origem popular.

Os maiores questionamentos que pairavam sobre minha cabeça eram: *as crianças da Educação Infantil são vistas como sujeitos de direitos pelas professoras? Qual o papel da pedagogia neste contexto? É possível propiciar uma infância plena e que respeite os direitos das crianças na Educação Infantil?*

Estes questionamentos foram surgindo ao longo de minha experiência em sala de aula, sempre observando atitudes e modos de trabalhar de diversas profissionais que atuam nesta área.

¹ Disciplina citada não compõe mais a grade curricular do curso de licenciatura em Pedagogia. Reforma curricular implementada no curso de licenciatura em Pedagogia em 2018/2.

Ao longo de minha experiência, tive a oportunidade de vivenciar vários aspectos na relação professora e educando e perspectivas educativas, tendo vivenciado a experiência em rede privada e rede pública, na Educação Infantil, com maior predominância, e na Educação de Jovens e Adultos. Nesta trajetória, sempre busquei refletir os modos de se fazer a docência respeitando as individualidades de cada educando levando em consideração suas histórias de vida e trajetórias independente de sua idade; repensando a relação entre professora e educando, buscando um processo educativo que fizesse sentido para o desenvolvimento daqueles sujeitos.

Neste processo, entre questionamentos, reflexões e incômodos, busquei entender como a prática pedagógica poderia ser construída de modo a valorizar e empoderar estes sujeitos e os assegurar uma educação que respeite seus direitos e individualidades em uma perspectiva mais voltada para a Educação Social. Compreendendo como Paiva (2015) que,

A educação social é para todos, e está presente durante toda a vida neste ser sensível, perceptível, capaz de transcender em seu meio social que se chama humano-e-ensinar, a educação social fala do desenvolvimento humano do ser. (p.79)

Deste modo, relaciono a fala da autora com a minha caminhada e expectativas como professora sempre com a imensa preocupação de uma formação transformadora e que acima de tudo busca encontrar *“este ser humano ou humano do ser”*.

E, na construção desta docência questionadora e reflexiva, analisei o modo de se fazer a docência das demais educadoras que transpassaram por minhas trajetórias, buscando através da observação sensível em minhas experiências pedagógicas observar como estas professoras viam seus educandos. Busquei uma prática mais humana que respeite a individualidade destes sujeitos e suas pluralidades. Buscando, em síntese, compreender o fazer docente quando se desenvolve o trabalho docente na periferia.

Metodologicamente, trabalhei com a análise das falas das professoras que dialogaram comigo durante a minha prática docente, com foco na professora titular da turma que me acolheu. Optou-se por identificar nas falas das professoras as expressões que marcadamente estigmatizavam os educandos. O referencial teórico

da educação social como Paiva (2015), Vidal (2014 e 2015), Fonseca (1999), Arroyo (2012 e 2013) e Freire (1976 e 2011) foram a base que fundamentou este trabalho.

O trabalho está estruturado em cinco capítulos. Além da introdução, no capítulo 2, intitulado *Nos caminhos da formação docente*, eu trago um pouco sobre minha experiência docente e contextualizo a escolha dos motivos que me levaram a escolha da temática deste trabalho; no capítulo 3, sob o título *A teoria que me move a compreender meu objeto de estudo*, trago um pouco da teoria que me auxiliou a constituir este trabalho como direito à educação e a importância do direito à educação escolar, uma pequena contextualização sobre a Pedagogia Social e Educação Social, a discussão sobre corpos precarizados na infância e também a reflexão sobre os signos do estigma sobre a pobreza e a exclusão social; já no capítulo 4, 3. *(In)sensibilidades docentes: as falas de professoras que trabalham com crianças em situação de pobreza*, neste ponto trago como foco minha reflexão sobre as trajetórias das famílias e dos sujeitos, e os olhares sobre eles, concluindo que os modos de se exercer a docência afetam bruscamente a construção da aprendizagem e constituição humana deste indivíduo, e que constituir à docência dentro de um espaço de exclusão social é muito difícil, mas necessário para a vida destes sujeitos.

2. NOS CAMINHOS DA FORMAÇÃO DOCENTE

Era o primeiro semestre do ano de 2017, tinha iniciado em uma escola nova como auxiliar de educação com uma turma de berçário II (crianças de 1 a 2 anos), estava cheia de expectativas e vontades. Com o desejo de colocar em prática tudo que havia aprendido até então, sempre buscando uma perspectiva voltada a uma educação humanizada, com foco no respeito em todos os aspectos dos sujeitos independente de sua idade. Nesse sentido, Freire nos ajuda a compreender que,

O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros. Precisamente porque éticos podemos desrespeitar a rigorosidade da ética e resvalar para sua negação, por isso é imprescindível deixar claro que a possibilidade do desvio ético não pode receber outra designação senão a de *transgressão*.

[...] A boniteza de ser gente se acha, entre outras coisas, nessa possibilidade e nesse dever de brigar. Saber que devo respeito à autonomia e a identidade do educando exige de mim uma prática em que tudo coerente com esse saber. (Freire, 2011, p. 58-60).

Ao iniciar o semestre na Universidade, estava matriculada em uma disciplina na qual deveria realizar uma prática em docência com crianças de 04 à 07 anos. Por consequência, resolvi realizar a prática daquele semestre na escola em que trabalhava. Exercer a docência com aquelas crianças que estavam mais próximas a mim seria um aprendizado incrível. Fui conhecer a turma do pré para realizar minha observação para a mini prática, turma essa alocada no turno inverso ao qual trabalhava.

Antes de iniciar o trabalho de observação dos educandos, fui conversar com a professora para conhecê-la e entender sua prática e seu conhecimento sobre a turma. Nos encontramos na sala de planejamento da escola, sala no fundo da escola, entre duas salas de aula do berçário II e do maternal I, sem janelas para rua e com pouca iluminação. A sala era um pouco precária, com uma grande mesa redonda de reuniões e uma pequena escrivaninha com um computador de mesa.

Durante toda a graduação sempre tive problemas em iniciar qualquer prática devido a minha timidez. Naquele momento em que eu precisava iniciar o diálogo com a professora e naquela sala que já me parecia um pouco sombria se tornou ainda mais difícil.

Daquele momento eu esperava que a mesma me relatasse como é a aprendizagem dos alunos, como lidava com os conflitos e rotina da turma. Eis que me deparei com um diálogo totalmente diferente. Iniciei nossa conversa me apresentando, expliquei os objetivos do trabalho, que tinha como ideia principal iniciar o exercício da docência e as vivências em sala de aula. A partir disso, ela trouxe sua longa experiência como docente naquela escola e naquele município e sua formação em magistério e Ciências Sociais. Logo em seguida, questionei como era a turma, quais aspectos deveria observar para realizar o planejamento para a prática. Neste momento, minha expectativa foi que a professora me trouxesse alguma temática que achava interessante de trabalhar, o nível ou perspectiva sobre as aprendizagens da turma. Mas o diálogo a seguir tomou um rumo totalmente diferente. As expectativas de escutar um relato positivo e estimulante à minha prática que viria foi tomada por um sentimento de frustração. Nos relatos da professora, o enfoque em características negativas se alinhava com um preconceito explícito que foi me fazendo pensar em “o que eu estava fazendo ali?”.

A professora demarcava todas as incapacidades dos educandos em especial os que ela acreditava que estavam fadados ao insucesso. Listando todos os alunos e pontuando detalhadamente o porquê aquele indivíduo fracassaria e, assim, demonstrando apenas as dificuldades daqueles sujeitos. Me sinalizou qual dos alunos tinham problemas estruturais na família, quais alunos que eram adotados, quais que os pais eram usuários de drogas, alunos com algum diagnóstico clínico e os que ela considerava burros que não conseguiram progredir não tendo o porquê de ter um investimento pedagógico naquela criança. Fechando com uma pergunta “tu acha que vale a pena fazer teu trabalho com eles?”. Aquela situação me deixou muito desconfortável, pois a supervisora havia me recomendado aquela professora. Logo me peguei pensando sobre quais seriam as práticas idealizadas por aquela escola e se a minha prática caberia naquela escola.

A escola está localizada em um bairro periférico da região metropolitana de Porto Alegre, há aproximadamente 20 minutos de ônibus do centro do município. A comunidade do entorno é bastante empobrecida de bens materiais. Próximo há um conjunto habitacional popular onde muitos dos educandos residem.

Muitas famílias eram sim vistas como desestruturadas por não ter a presença da figura paterna, muitas mães viviam apenas com o subsídio de programas sociais,

algumas famílias tinham relações com drogadição e o tráfico e diversas outras questões que envolvem ser um cidadão pobre de periferia. Grande parte das professoras tinham em suas histórias de vida e trajetórias realidades bem distanciadas quando comparadas com a realidade das crianças. Por consequência, muitas realizavam comparações com crianças e famílias que viviam em outras realidades e em outros locais.

Como um todo, em nenhum momento nos relatos desta professora se via um olhar sensível às condições de vida destas crianças e um mínimo esforço para tentar compreender ou refletir sobre seus percursos, e apesar de sua pouca idade compreender suas histórias de vida. Pensar quais os direitos daquelas crianças que, perante a educação e a sociedade, estavam sendo violados. E muito menos se pensava em uma prática pedagógica potente para trazer novas possibilidades àqueles educandos.

2.1. OBJETIVOS

2.1.1 OBJETIVO GERAL

Analisar as contradições presentes nas falas de professoras sobre a vivência de crianças de periferia.

2.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Refletir sobre as afirmativas de professoras da educação infantil sobre famílias pobres. Os modos de se fazer a docência respeitando as individualidades de cada educando levando em consideração sua história de vida e trajetórias independente de sua idade ou até mesmo muita pouca idade;
- Analisar a maneira como as professoras da educação infantil percebem seus alunos e suas trajetórias de vida;
- Refletir o modo de se ver a educação e o indivíduo e suas possibilidades e potencialidades.

2.1.3 PERGUNTAS

As crianças da Educação Infantil são vistas como sujeitos de direitos pelas professoras? Qual o papel da pedagogia neste contexto? É possível propiciar uma infância plena e que respeite os direitos das crianças da Educação Infantil?

3. A TEORIA QUE ME MOVE A COMPREENDER O OBJETO DE ESTUDO

Ao iniciar a pesquisa sobre a temática escolhida, primeiro iniciei pesquisando quais temáticas dentro do trabalho de diversos autores que se fariam presentes em meu tema. Selecionei então alguns autores para subsidiar esta pesquisa, primeiramente fui analisando quais seriam os temas que me ajudariam a alcançar meus objetivos.

Dentre essas temáticas que compõem este trabalho, início com um ponto importantíssimo nesta pesquisa que é analisar o direito à educação e a importância do direito à educação escolar, que, mais do que uma obrigatoriedade responde a processos de construção da cidadania social e política. Seguidos de uma breve contextualização e uma fala inicial sobre a Pedagogia Social e Educação Social, perspectiva que me ajuda a compreender os preceitos humanistas da educação. Mais um conceito que trago de muita relevância para a constituição deste trabalho é a discussão sobre para quais corpos a escola está preparada para receber e os corpos vistos como diferentes, como precarizados na infância. Por fim, trago para a reflexão estigmas que a sociedade impõe sobre as crianças, jovens e adultos com origem da periferia e uma pequena discussão sobre exclusão e desigualdade social.

3.1 SOBRE O DIREITO À EDUCAÇÃO

O direito à educação é o caminho que abre portas, transpõe barreiras de uma sociedade que inicia um sincronismo com a igualdade para assim promover o acesso a todos. Quando se trata do direito à educação todos os documentos oficiais, leis e diretrizes, nos mostram a relevância do direito à educação e que enquanto sociedade devemos exigir as efetividades destes direitos, como traz no artigo 205º da Constituição Federal de 1988,

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil, 1988, p.160).

E essa definição é reforçada pelo artigo 6º da CF, como o primeiro dos direitos sociais. A partir daí, como dever do Estado, nasce a obrigação que deve ser respeitada e efetivada. A educação escolar, como bem público, por ser ela em si parte da constituição do cidadão e constitui seu exercício consciente.

Como traz Cury (2002), citando Marshall (1967), "a educação é uma condição necessária de liberdade civil e como tal, um pré-requisito do exercício de outros direitos", ele faz uma observação de que é um "direito de cidadania genuíno, porque o objetivo da educação durante a infância é moldar o adulto em perspectiva". Conforme o ponto de vista do autor, não é um direito da criança ir à escola, mas do adulto ter sido educado. O Estado tem dificuldade em conciliar a obediência e a liberdade, pois quando se obriga, é vetado a liberdade de escolha e segundo autor, Bobbio (1987): *“essa tentativa de escolher as reformas que são a mesmo tempo libertadoras e igualitárias deriva da constatação de que há reformas libertadoras que não são igualitárias”* (p. 251).

Essa perspectiva permite a compreensão de que a instrução primária se torna obrigatória, inclusive para atender o exercício dos direitos políticos, em especial o do voto; portanto dá-se instrução, sendo obrigatório, já com interesse no retorno positivo para o crescimento e desenvolvimento social ou seja, é de interesse geral. Segundo Karl Marx, referindo-se a Adam Smith, que recomenda a instrução primária, a fim de evitar a degeneração completa de massa do povo, originada pela divisão do trabalho. É importante destacar que Bobbio e Marshall se referem a educação como um direito imprescindível para a cidadania e para o exercício profissional.

Segundo Jamil Cury, a defesa da equidade é o caminho pelo qual as pessoas percorrem para ir reduzindo as desigualdades e as diferenças discriminatórias. Porém, é impossível um igualitarismo, ou uma igualdade absoluta com imposição de uma mesma lei sobre todos os sujeitos e em todas as situações. Neste aspecto, ele aponta o caso das jovens muçulmanas que usam véus, e os pais as proíbem de frequentar espaços públicos sem véu. O autor faz uma abordagem na descrição do "outro" que é classificado como inferior, como na época da escravização em que os povos eram conceituados pelas Elites como os "selvagens", "incivilizados" "incultos" e deveriam se conformar com as ordens "superiores".

Sob crítica nos perguntamos, onde estava o direito à equidade? Quando era negado a educação primária aos negros, aos índios e as mulheres, já havia a inscrição da lei, concedendo o direito à educação, esse direito então não era para todos? Ou era somente para todos "poucos" "iguais"?

O direito à educação é um patrimônio cultural, diz Cury, e em posse desse patrimônio o cidadão tem maiores possibilidades de participar dos destinos de sua sociedade e colaborar na sua transformação, torna-o capaz e de consciência crítica. Ele retrata também os novos direitos reconhecidos, como por exemplo, as crianças terem uma escola própria à sua idade, dos jovens, mulheres e adultos e dos que possuem necessidades especiais, universalizando esse direito, que permite também a aproximação pacífica entre os povos do mundo. Com a educação há possibilidades de ensinar e aprender ao mesmo tempo com o outro, e assim tornar-se mais igual e humano.

Como expressa o autor, foi através da busca da burocracia que se incluiu sob ordem jurídica o direito à diferença. Houve uma grande movimentação da população na reivindicação por transporte, asfalto, escola, entre outras lutas diversas.

Conforme o parecer do autor, a Constituição Federal foi consolidando-se entre limitações e contradições, e encontrou um espaço de afirmação no âmbito do direito constitucional brasileiro, justamente quando conceitos considerados mais amplos, estavam proibidos de se manifestar. Bobbio (1986) a classifica de "democracia ascendente" que se conclui em movimentos sociais tendentes a afirmar a democracia que prosseguem ao direito à diferença. Com esse conceito, o autor permite reconhecer o outro, o diferente, como igual.

O direito à educação neste ponto é uma oportunidade e o acesso à educação é visto como a possibilidade de crescimento para o cidadão, e de sua autoconfiança perante a sociedade. Sendo assim sabendo de sua importância e a importância do saber perante a sociedade em que vivemos, o direito à educação tem grande peso para a reivindicação e de participação política ao modo de como podemos exigir nossos direitos. Assim possibilitando a redução das desigualdades e das discriminações.

No Brasil, a Constituição Federal implica o Ministério Público à defesa "da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127), promovendo as medidas necessárias à sua garantia"

(art.129). A universalização da educação escolar com qualidade como direito a todo cidadão, é uma hipótese civil da universalização da cidadania parte do que Immanuel Kant considerou como uma das condições “da paz perpétua”. Pela e com a educação aponta a possibilidade de uma sociedade mais igual e humana.

3.2 SOBRE EDUCAÇÃO SOCIAL

Nos semestres finais que compõem minha trajetória na Pedagogia, comecei a me aproximar de uma área que me chamou muita atenção e que pouco conhecia até então, a Educação Social e a Pedagogia Social. Trago alguns contextos sobre a área a partir da ótica da educadora social Jacyara Silva de Paiva para evidenciar meu diálogo com práticas de educação escolar vinculadas às práticas de educação social.

A Pedagogia Social se caracteriza principalmente por ter uma perspectiva pedagógica, educativa, fincada no social. Com o avanço da legislação em relação à criança e ao adolescente, com a obrigatoriedade dos mesmos estarem na escola, a educação escolar viu surgir uma demanda que a escola não tinha preparo para atender: crianças pobres entraram na escola e junto com elas suas histórias de abandono, maus tratos, violação constante de direitos, conflitos com a lei, situações diferenciadas para as quais o educador escolar não teve formação inicial e possui dificuldades de formação em serviço para lidar com elas. Diante desse fato novo, a discussão da Pedagogia Social no Brasil tem contribuído para repensar as demandas que surgem fora da escola e principalmente dentro dela. (Paiva, 2015, p.65).

A partir daí, trazendo a ideia que a Pedagogia social tem o viés de um melhor preparo das educadoras. Uma pedagogia não só focada no desenvolvimento dos sujeitos, mas, também, preocupada com as dimensões sociais da existência humana, trazendo a possibilidade de se trabalhar o social por meio da educação e, mais do que isso, para a Pedagogia Social não é possível trabalhar educação sem trabalhar o social. Mas, como a própria autora traz, não são pedagogias distintas, as mesmas sem complementam.

Apesar da Pedagogia Social estar mais presente nos espaços não escolares, sua presença se faz fundamental dentro do espaço escolar também; pois seu interesse está na dimensão social, nas relações sociais, para uma educação voltada para a sociedade, por isso sua importância dentro do espaço escolar também.

A Pedagogia Social Brasileira tem em sua origem um diálogo com a educação popular, com características libertadoras e emancipatórias. Com seu contexto político e social, em suas práticas uma finalidade de educação humanizada voltada aos sujeitos que estão em condições desfavoráveis socialmente. Sendo possível a transformação das “circunstâncias sociais pela prática educativa, pela *ensinagem e aprendizagem* sociais” (pág. 70), buscando responder os questionamentos que envolvem o processo de integração do indivíduo com a sociedade, sobre seu crescimento humano, sua inclusão, sua participação, sua constituição plena como cidadão.

Evidenciar uma educação voltada para as necessidades e interesses dos educandos, respeitando suas trajetórias e seus saberes, compreendendo de modo integral o indivíduo, educar aqueles que estão à margem da proteção social.

3.3 SOBRE CORPOS PRECARIZADOS

Começo esta seção com uma frase que trouxe muito sentido dentro de toda a construção das reflexões deste trabalho, “*a escola tem que ser outra no sentido de garantir a vida*”, de Miguel G. Arroyo. E com essa frase iniciei minha reflexão sobre que escola buscamos e quais corpos são esperados para esta escola?

Estas são questões ao qual me remetem o texto de Arroyo (2012), onde ele traz que devemos interpretar e ouvir os diversos corpos que compõem a escola. Logo no início do seu texto, o autor traz reflexões de BENHABIB e BUTLER (2005, 2006 e 2007), que trazem como reflexão corpos e vidas precarizados, direitos de uns e outros, corpos que importam ou não, com ou sem direito a vida. Segundo o autor, sendo muito significativo que estas reflexões partam de mulheres feministas onde se tem um olhar sobre o direito dos corpos não só tratando do corpo feminino mas nos infantis, velhos, imigrantes ou miseráveis.

Tendo como princípio os corpos-vida que clamam por serem ouvidos pela escola. As escolas e as professoras que as compõem, não podem mais ignorar esse clamor. É interessante que estes corpos infantis nos desacomodem, despertando nossa atenção e preocupação, corpos estes que necessitam de espaço que a escola

não possibilita a estes corpos tão precarizados. Não conseguimos controlá-los e nem os entender.

Como escutam os sujeitos? Conseguimos compreender seus desejos e vontades? Como eles se vêm? Considerando que muitos de nós educadores não damos conta de compreender isso. Cada vez mais fica mais difícil de controlar estes corpos e ignorar os ricochetes destes. Trazendo assim uma necessidade de se ocultar suas falas, suas condutas vistas como fora do esperado e reconhecer que estes corpos pobres e precarizados estão sim em nossas salas de aula. Ter um novo olhar sobre eles, repensar o fazer pedagógico e construir uma pedagogia dos corpos.

Estes corpos que chegam à escola são corpos precarizados, corpos das famílias desempregadas, trabalhadoras informais, famílias que lutam diariamente pela sobrevivência. E os corpos infantis destas famílias trazem outras vivências, outros olhares sobre a vida e a sociedade. Infantes de famílias a quem nem sempre foi uma realidade estar na escola. E como educadora absorver toda esta realidade se faz necessário, mas não é de fácil trato. Compreender as violências sociais que estes corpos sofrem, *“as consequências de chegarem violentados nas escolas levam a que seus profissionais se tornem vulneráveis frente à vulnerabilidade dos educandos.”* (Arroyo, p.25, 2012). Vulnerabilidades de ambos lados que a sociedade constitui.

Reconhecer os direitos destes sujeitos é algo necessário e urgente. Cabe a nossa profissão educar para a cidadania e constituição dos cidadãos. Mas grande parte das vezes se busca educar apenas os futuros cidadãos, que não causem nenhum tipo de desordem para a escola e para a sociedade, que não as interroge.

A postura mais comum é ver a pobreza como carência e, conseqüentemente, os(as) pobres como carentes. Porém, de que forma esse desprovimento é, muitas vezes, entendido? Percebemos que, na pedagogia, frequentemente ele tem sido compreendido como escassez de espírito, de valores e, inclusive, incapacidade para o estudo e a aprendizagem. Contudo, sabemos que, ao invés disso, deve-se atentar para as privações materiais que impossibilitam uma vida digna e justa a esses sujeitos. (Arroyo, 2013, p. 08)

As professoras acabam por exigir uma concepção moralista descabida destes educandos. Exigindo certos conhecimentos, valores, hábitos de estudo, disciplina, que não cabem a estes sujeitos, ignorando sua real bagagem cultural. Devemos

questionar sobre a visão da pobreza como uma questão moral e de valores, e fugir desta concepção rasa sobre ter uma base como se deve viver, pensar, de ser sujeito intelectual e moral. Estas vidas precarizadas nos provocam a realizar estas indagações, desestruturando nossas teorias pedagógicas e principalmente a nossa ética como profissionais da educação. Devemos ainda deixar a visão de que a pobreza é culpa do pobre, que são pessoas inferiores com menos capacidades e conhecimentos, que não se esforçam para atingir certos objetivos.

São, desse modo, constantemente inferiorizados(as), reprovados(as) e segregados(as). A insensibilidade dessa visão reducionista, espiritualista e moralista sobre os(as) pobres leva a pedagogia a ignorar os efeitos desumanizadores da vida na pobreza material, ou da falta de garantia de cobrir as necessidades básicas da vida como seres humanos. (Arroyo, 2013, p. 09)

Devemos, enquanto professores, rever nossa ética profissional, compreender que estamos lidando com vidas-corpos precarizados. Assim, nos obrigando a ter novos valores e outra ética profissional. Muito além do aprendizado sobre o letramento, somos obrigados a compreender suas dores, seu sofrimento, angústias, agressões e violências sofridas. Enfim, por meio dessa nova ética profissional, podemos nos encaminhar para uma prática docente e escola mais humanizada, que reconheça a dignidade humana destes corpos.

3.4 SOBRE ESTIGMAS E DESIGUALDADE SOCIAL

Conforme Vidal (2015) traz, definir o que é estigma é algo complicado. Pois essa definição, na sociedade, é vista como discurso sobre a verdade. E está agregado as nossas práticas e julgamentos comuns, algo até cultural ou agregado a nossa cultura. É uma marca social, relacionada a determinado ponto de vista estereotipado, comumente visto como inconveniente, fora do visto como normal.

Assim como o autor apresenta os jovens em conflito com a lei², como um grupo estigmatizado, as crianças periféricas acabam por estar subscritas neste grupo indesejado pela sociedade. Pois, se o jovem periférico é estigmatizado, isso

² Refere-se aos jovens que têm uma medida imposta pelo Estado (justiça) devido a alguma infração da lei. Na qual cumprem medida socioeducativa junto ao Programa de Prestação de Serviços à Comunidade (PPSC) da UFRGS e do Programa Interdepartamental de Práticas com Adolescentes e Jovens em conflito com a Lei (PIPA).

acaba por se iniciar desde a infância. Quando se trata da origem social destes sujeitos, onde desde o nascimento ele traz esta marca consigo e a sociedade vai reforçando esta marca conforme este indivíduo vai crescendo e se desenvolvendo. E estas marcas acabam por impactar o trabalho da escola, por consequência das professoras que a compõe. Para desconstruir este estigma ou incoerentemente reforçando esse estigma que a sociedade constrói sobre o ideal de constituição de um modelo de vida, acaba por reforçar a hierarquia social e deslegitima a cidadania destes sujeitos.

Ao referenciar Elias (2000), o autor traz a estigmatização como relação de poder. Onde os sujeitos de mais poder na sociedade, estigmatizam os de menor poder para manter sua superioridade social. Pois, fixando o rótulo de menor valor a outro grupo, isso se torna um discurso da verdade. Assim, havendo a função de dominação da estigma paralisando o grupo de menor poder fazendo que acreditem além da inferioridade de poder, que acreditem em sua inferioridade humana, e, acabam por internalizar estes discursos e aceitam a inferioridade como verdade. Trazendo para a estigma o sentido de manter certo de modo de viver, estabelecido por determinados grupos da sociedade.

Sobre a constituição do estigma, ele se constitui a partir dos diversos discursos sobre o que é bom ou ruim na sociedade, acabando assim por moldar as relações destes determinados sujeitos, os simplificando em sua constituição, ao invés de valorizar as diversidades daqueles que compõem nossa sociedade atual.

Em seu texto Vidal (2015), traz alguns conceitos sobre estigma de Goffman, onde diz que o estigma se origina em alguma característica vista como ruim a sociedade, que inferioriza certos grupos da sociedade.

Há alguns tipos de estigma em específico. Trago dois que se relacionam com a temática deste trabalho. Um traz a culpa sobre o caráter individual, é um estigma que não é visível está ligado a moral do indivíduo. E o outro diz sobre os estigmas transmitidos hereditariamente, como raça, etnia, religião e etc.

Nesse sentido, me faz pensar que as crianças e os jovens da periferia, também são vistos de uma maneira negativa em decorrência de uma determinada moral. Tendo como problema característico a pobreza.

A partir disso, se chega a uma naturalização da desigualdade social. Sobre a desigualdade social e a exclusão, conforme Martins (1996) chama-se de exclusão,

(...) aquilo que constitui o conjunto das dificuldades, dos modos e dos problemas de uma *inclusão precária e instável, marginal*. A inclusão daqueles que estão sendo alcançados pela nova desigualdade social, produzida pelas grandes transformações econômicas e para os quais não há senão, na sociedade, lugares residuais (pág.26).

Neste contexto, o autor recusa o conceito de exclusão usualmente utilizado. Pensando de modo crítico o conceito de exclusão ele está impróprio. A palavra exclusão denuncia a palavra pobre, deste modo, o termo exclusão fala em uma perspectiva de compreensão do que chamamos de pobreza. A problemática da exclusão surge a partir da sociedade capitalista. Sendo a lógica do capitalismo, o mercado onde tudo tem de estar em circulação de mercadoria. E por esse sentido a escravidão não foi um movimento excludente, pois aqueles sujeitos se tornavam mercadoria e por consequência tinham sua conveniência para a lógica de mercado capitalista.

O capitalismo na verdade desenraiza e brutaliza a todos, exclui a todos. Na sociedade capitalista essa é uma regra estruturante: todos nós, em vários momentos de nossa vida, e de diferentes modos, dolorosos ou não, fomos desenraizados e excluídos. É próprio dessa lógica de exclusão a *inclusão*. A *sociedade capitalista desenraiza, exclui, para incluir*, incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica. O problema está justamente nessa inclusão. (Martins, 1996, p. 32)

Como Martins (1996) traz em seu texto, não percebemos essa exclusão pois ela se dava em um curto espaço de tempo e logo se dava a inclusão destes. Como traz o exemplo dos camponeses onde *“eram expulsos do campo e eram absorvidos pela indústria, logo em seguida”* (pág. 32). Então não se via a exclusão como ela é, pois em seguida dela as pessoas eram re-incluídas de outros modos. Mas, com o passar do tempo, a exclusão começou a ser mais perceptível, visto que o tempo em que os trabalhadores procuram emprego começou a se tornar maior. E assim se criando uma população sobrando com pequenas chances de ser re-incluída, dentro dos moldes atuais do desenvolvimento econômico. Assim o período que era curto para esta re-inclusão está deixando de ser passageiro e se tornando um modo de vida. E quando ocorre essa reinclusão, ela acontece apenas no plano econômico e não no plano social ou moral. Então, nas áreas ou regiões onde acabam por se concentrar essa população, como nas periferias, estes estão incluídos economicamente, mesmo que de modo precário, mas tem seu mundo próprio

construído sobre outra ótica social, vivendo do mercado informal ou muitas vezes do mercado ilegal, vivendo à margem da sociedade. Estes sujeitos possuem certo poder econômico, mas são vistos como cidadãos de segunda importância a sociedade.

Devemos negar estes estereótipos e parar de nos enganar, este é o primeiro desafio. Temos que encontrar uma alternativa inclusiva e não continuar esse caminho que só reforça essa exclusão. Uma alternativa que inclua essa camada da população e buscar uma sociedade que se responsabilize por estes. Conforme a necessidade destes e não as prerrogativas do capital.

4 (IN)SENSIBILIDADES DOCENTES: AS FALAS DE PROFESSORAS QUE TRABALHAM COM CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA

Como Madalena Freire nos apresenta,

A observação é uma ação altamente reflexiva quando o olhar está pautado para buscar ver o que ainda não sabe. Não é um olhar vago, à espera de descobertas. É um olhar focalizado para detectar diagnosticar o saber e o não saber do grupo. Por isso mesmo a ação estudiosa da realidade demanda esforços empenho e disciplina. Na ação própria do nosso ensinar e na função do observador, é preciso o exercício(...) (Freire, 2011, s/p)

Então, através dos exercícios da observação, ao longo de toda a graduação, pautados em como a autora traz em uma observação que escuta o educando para compreender suas mais diversas reações, sua relação com os diversos professores do convívio escolar, tendo que compreender ao máximo seus signos através desta observação sensível.

Foi a partir destas observações, pautadas em uma sensibilidade preocupada na humanidade desses sujeitos, que busquei me constituir como docente nos espaços educativos. “Enquanto educadores, na função de observador aprendemos esse exercício, por vezes muito delicado, de "observar e dor" do outro e também as alegrias no partilhamento da construção de sua sala de aula.” (Freire, 2011, s/p)

Deste modo busquei em minhas memórias e notas dos meus períodos de observação e práticas durante o curso, tanto das atividades curriculares, tanto dos meus estágios remunerados. Para trazer algumas situações, cenas e diálogos que me trouxeram uma inquietude nesse período no que se diz sobre o trato docente entre professora e educando na educação infantil.

A experiência que trago mais evidenciada neste trabalho, é a ocorrida durante uma observação e prática realizadas com crianças de 4 a 7 anos vinculadas a uma disciplina de caráter obrigatório do curso de Pedagogia, já mencionados na introdução.

Ao chegar na escola pública tinha uma expectativa sobre os olhares e fazer docente das professoras de educação infantil um olhar sensível sobre estas crianças tão pequenas, mas já estigmatizadas pela sociedade que já as julga de modo tão cruel e severo.

Durante as minhas vivências sempre busquei ter esse olhar sensível sobre as diversas práticas na escola. A partir destas observações destaco algumas frases ouvidas das professoras.

4.1 CRIANÇAS E FAMÍLIAS POBRES: IMAGENS E OLHARES SOBRE CRIANÇAS QUE VIVEM EM PERIFERIAS

De início, levanto a questão sobre reconhecermos a pobreza, partindo da seguinte narrativa:

“A família desse vive de bolsa família, não querem nada com nada!”

A visão que as professoras trazem das crianças e suas concepções sobre suas vivências são muito frágeis, baseadas em concepções moralistas e romantizadas de uma infância ideal, não conseguindo ver como a realidade realmente acontece. As falas, em sua maioria, partem de suas vivências pessoais e trajetórias de suas vidas, que em grande parte das situações, destoam muito da realidade das famílias daquela escola.

Segundo Arroyo (2013), temos de reconhecer a pobreza e as desigualdades, quando estes educandos estão cada vez em maior número chegando em nossas salas de aula. Segundo o censo escolar (2013), destas crianças e adolescentes que estão ingressando na escola, são 17 milhões que participam do Programa Bolsa Família e que estão frequentes na escola. A partir destes dados vale a reflexão: como vemos a pobreza na escola?

O mais comum é se ter uma visão da pobreza como carência, em consequência os pobres como carentes. Mas como essa pobreza é vista e entendida?

Muitas vezes, como traz Arroyo, *“(...)na pedagogia, frequentemente ele tem sido compreendido como escassez de espírito, de valores e, inclusive, incapacidade para o estudo e a aprendizagem.”* Mas esse discurso vem à tona sem analisar o que impossibilita esses sujeitos de se ter uma vida plena e digna, que respeite os direitos básicos.

Os corpos e vidas precarizados nos provocam diversos questionamentos e desacomodações sobre nossas teorias pedagógicas e a nossa ética enquanto docentes. Não compreender a pobreza como item do comprometimento da base material do viver, está desconsiderando o sentido de todo este contexto ainda quando se leva em consideração certos aspectos morais como prioridade. O grande problema é ver a pobreza como falta de capacidade, de esforço, responsabilizando os próprios sujeitos por sua condição de vida. Essa visão simplista e moralista faz com que as professoras ignorem os impactos de se viver em pobreza material ou viver sem a garantia dos direitos básicos, para se viver como seres humanos.

Outro contexto que trago nesta análise são os julgamentos moralistas feitos pelas professoras quando se refere ao signo de família estruturada.

*“Aquele é criado pelos avós, os pais são usuários de crack.
Que futuro espera esse menino, coitado!”*

Com base em Fonseca (1999), a visão de família tradicional é a família nuclear comumente composta de pai, mãe e filhos gerados pelo casal. Esse modelo foi se enraizando e se tornando algo tão trivial aos olhos da sociedade, que levou gerações a acreditar que esse modelo era o ideal e a única forma saudável de se constituir uma família. E que quando a família não estivesse dentro deste padrão provocaria riscos até mesmo para a saúde mental destes filhos.

Mas com o passar do tempo a sociedade começou a se libertar desse olhar restrito, e se passou a compreender que houve uma renovação das dinâmicas estruturais familiares. Reconhecimento dos novos modelos, como os com madrastas, padrastos e os advindos de adoção.

Mas os conceitos sobre família e infância sempre estão se remodelando conforme a sociedade vai se modernizando. Compreender hoje como está o olhar sobre a família e a infância, é essencial.

“Esse foi rejeitado até pela mãe.”

Nos tempos atuais tem se aumentado muito o número de crianças “abandonadas”, mas não abandonadas no sentido da família que abandona, mas no sentido de abandono pela sociedade como um todo. Se tornando um sinônimo de

criança “marginalizada”, onde a culpabilização pela sua condição de pobreza e vulnerabilidade é o que predomina e transita entre a família (os pais) e o Estado.

Considerada na época pré-moderna como simplesmente um adulto incompetente, a criança torna-se, segundo a nova concepção, um ser em formação que exige especiais cuidados materiais e afetivos. Surge então um exército de especialistas para melhor definir as necessidades da criança e para aconselhar os pais sobre como criá-la. (FONSECA, 1999, p. 08)

Conforme Ariès (1979), a visão sobre a infância foi se modificando e se constituindo como a conhecemos hoje. Anteriormente não eram vistos com suas necessidades diferentes dos adultos, eram vistos como mini adultos. E com o passar dos séculos foi se modificando o contexto de infância e de família. Em decorrência, aos poucos foi se criando os contextos sobre cuidado, carinho e responsabilidade familiar. E se constitui a visão de que as crianças são seres frágeis, puros e sem poder sobre si diante da sociedade. Dando, a partir deste momento, a incumbência de formar estes infantes em cidadãos cabe a pedagogia, a ação do professor é de guiar.

Mas, com o passar do tempo, essa imagem da criança foi novamente sendo reinventada, com a modernidade há uma ambiguidade entre cuidado e a exploração da infância, quando pensamos na garantia de direitos da criança principalmente se tratando da infância pobre. Compreender que muitas vezes há uma passagem forçada para o mercado de trabalho mesmo que informal por se tratar de crianças, assim também afetando a passagem precoce da infância para a adolescência. Sendo responsabilidade da escola prezar pelo prolongamento desta infância, mantendo-os na escola. A partir daí qual o sentido da infância atualmente, entendemos a importância da infância e suas especificidades. Mas refletir no qual seria o mínimo, a base para se ter uma infância plena.

Mas qual a infância que nos preocupa que seja plena? É a infância pobre? Pensar que aos olhos da sociedade, a condição social irá designar se esta criança terá uma vida plena ou não é algo muito cruel e muito real.

A tensão entre o ideal igualitário e a realidade da diferença perpassa a nossa análise, como perpassa a sociedade em que vivemos. Entre a arrogância totalitária (que desqualifica tudo que é diferente) e a complacência paternalista (que aceita a diferença como parte da ordem natural), percorremos um caminho difícil a procura da justiça social. Não existe uma resolução tranquila. No entanto, parece-nos que existem

princípios metodológicos para melhor lidar com a situação. (FONSECA, 1999, p. 14)

Devemos a partir daqui compreender essas diferenças. Entender as diversas lógicas da sociedade que é um grande desafio. Temos de perceber o caminho histórico, do nosso entendimento sobre a infância, família e a pobreza e por consequência as questionar para abrir ainda mais o diálogo para estes temas fundantes a escola. *“A “criança absoluta” da família burguesa alimenta a “criança cidadã” dos legisladores, que, por sua vez, firma-se em oposição à noção da “criança abandonada” da família pobre.” (pág. 14 – 15).*

Nossos conceitos a partir de então, descolonizados e em um novo contexto, faz com que façamos uma nova análise social e possivelmente para a reformulação das políticas sociais que realmente compreendam a realidade social de Brasil.

Trago a partir daqui algo que está bem enraizado em mim, algumas ideias baseadas na Pedagogia Social. Pois sempre para que se desenvolva em meu trabalho ser uma educadora que busca o desenvolvimento destes sujeitos, mas não só ao nível de aprendizagem, mas também com a formação humana destes. Valorizando a parte social que envolve a profissão professor. Mesmo esta vertente da Pedagogia estando mais presente no âmbito da educação não formal e em espaços não escolares, trago comigo a importância de construirmos estas ideias e de pensar neste tipo de formação, mais humanizada, também dentro da escola. Com o objetivo de se construir um processo formativo que integre os sujeitos com a sociedade, propiciando seu crescimento humano e assim por consequência propiciando uma melhor constituição enquanto cidadão.

Estes sujeitos, estes corpos, nos pedem para serem vistos e ouvidos, por nós e pela escola. E como não os ouvir? Como não nos sensibilizar com eles? Acredito que no papel das professoras essa “escolha” é muito complexa. Pois, se ignoramos, sofreremos, mas é bem mais fácil fingir que não se vê certos acontecimentos do que lidar com eles. Já quando nos sensibilizamos com estes sujeitos, temos de estar preparadas para as consequências que a acompanham, entendê-los já é bem complexo para quem não está inserido na mesma realidade. Mas temos de reconhecer os direitos destes sujeitos enquanto cidadãos e reconhecer e compreender sua bagagem cultural. E de uma vez por todas fugir da concepção de

que a pobreza é culpa do pobre. Revisitar e reavaliar nossa ética profissional, reconhecendo a dignidade humana destes sujeitos.

4.2 SUJEITOS CULPABILIZADOS E ESTIGMATIZADOS SOCIALMENTE

A partir da visão sobre a família empobrecida e os pré-julgamentos que a sociedade os faz, neste ponto focalizo minha reflexão nos sujeitos. E nos olhares sobre eles - como trouxe anteriormente, as professoras acabavam por buscar, nestas crianças relacionados, um ideal às suas vivências pessoais, sem realizar uma análise mais aprofundada da real condição de vida destas crianças, realizando em julgamento muito severo para tal etapa da vida.

E essa visão sobre a família contribui para a construção dos estigmas nas trajetórias da vida futura dessas crianças, a partir daí podendo resultar em adolescentes estigmatizados. Estigmas esses que poderão interferir nas trajetórias e nos processos de aprendizagem dessas crianças.

“Esse aí é burro, não adianta nem tentar, ele não aprende!”

Como já trazido anteriormente, segundo Vidal (2014), estigmas são marcas sociais que são compreendidas como algo negativo, ligada a algum estereótipo. É uma diferença, uma desvantagem, neste caso, este olhar recai sobre as crianças de periferia, as crianças pobres.

É um modo de culpabilizar os próprios sujeitos sobre sua condição, no mesmo contexto do reconhecimento da pobreza. O estigma é uma força que nos ilude, que nos engana. Quando o sujeito é demarcado com o estigma, automaticamente, seu olhar é modificado aos olhos de todos. E quanto mais vai se proliferando esta marca, mais difícil vai se tornando a desfaze-la. Deixando de lado assim toda a diversidade dos sujeitos e seus reais signos.

Segundo o autor, todos carregamos informações sociais, e a demonstramos através de características mesmo sem intenção, através de sinais e/ ou da fala. E essa estigmatização através destes signos se torna evidente, principalmente quando se trata da fala, no modo dos pais dessas crianças se comunicarem. Quando por

exemplo, uma das auxiliares observa e avisa as demais, que foi escrito um cartaz com erro de português, eis que uma das professoras fala:

“Nem te preocupa são todos ignorantes, nem vão notar que está errado.”

Como venho trazendo ao longo deste trabalho, as marcas ou estigmas marcam estes sujeitos de tal maneira que irá impactar de modo muito profundo na vida deste sujeito. Não temos a ideia da real dimensão que tudo isso toma na vida deste indivíduo. E, penso, se na escola espaço livre e democrático, todos os educandos com suas pluralidades não forem respeitados, onde isso ocorrerá?

Como traz Freire (1979), a educação se dá em caráter permanente. *“Não há seres educados e não educados. Estamos todos nos educando. Existem graus de educação, mas estes não são absolutos. O homem, por ser inacabado, incompleto, não sabe de maneira absoluta.”* (pág. 14)

O nosso papel, como professores, é tentar compreender os saberes destes sujeitos que perpassam pela escola, não só o educando, mas sua família. Temos de estar inseridos na comunidade escolar. Mas não foi essa a realidade que observei quando estávamos em época de entrega de pareceres semestral:

“Eu nem perco meu tempo gastando verbo, primeiro porque não entendem e segundo porque vão botar tudo no lixo.”

Como traz Paulo Freire, mesmo os ignorantes, sua ignorância não é absoluta. Cada grupo social tem sua sabedoria e sua ignorância em algo. Temos de dar muito valor na constituição de nossa docência aos saberes populares, e compreender quais saberes são devidamente importantes para aqueles sujeitos, em diversas circunstâncias temos saberes diferentes, mas nenhum absoluto. Às vezes o que falta ao indivíduo, visto como ignorante, é sistematizar o seu saber. Devido a isso, não podemos nos achar superiores quando assumimos a posição de professor, mas entender que estamos ali passando um saber relativo a um outro que não detêm este saber em específico. Mais do que tudo, saber reconhecer que os educandos e suas famílias por vezes sabem mais, então temos (nos professores) como dever de lhes fazer com que saibam também com humildade.

Mas cria-se uma marca sobre a ignorância destes sujeitos, incoerentemente acaba-se reforçado uma imagem que a sociedade constrói e exige destes, um modelo idealizado que por grande parte das vezes não existe. Por consequência se reforça uma hierarquia social sobre quem detém o conhecimento ou o modo que se utiliza este conhecimento.

Me refiro à aqui, ao modo que se utiliza o conhecimento, pois, como trouxe na visão de Freire, o conhecimento não é absoluto. E por vezes o utilizamos como bem queremos, como por exemplo quando um jovem que se utiliza como linguagem gírias. É um modo popular de se comunicar, este mesmo jovem pode ter formação universitária ou não. Não há como saber, mas é o modo que se comunica com seus grupos de amizade, em seus círculos em sua comunidade.

Mas, quando estas pessoas que se utilizam de gírias, quando está fora de sua comunidade, será estigmatizado por sua fala. Será fixado um rótulo, que diz que este tem menor valor. Vindo de um discurso sobre o que é o ideal ou não ao ver da sociedade. E acaba por afetar nestas relações, onde determinados sujeitos irão ficar segregados aos seus grupos, por medo do que pode “sofrer” em meio aos demais grupos e demais sujeitos da sociedade. Assim, se constitui um estigma sobre o caráter individual e esta não é visível, não vem de algo que está nas características físicas deste indivíduo. Está diretamente relacionado com sua moral a partir da visão da sociedade, normalmente ligada a pobreza. Acabando por naturalizar a desigualdade social e excluindo este indivíduo.

Nesta perspectiva, estigmatização e naturalização da desigualdade social, trago a frase que é o título deste trabalho:

“Vale a pena teu trabalha com eles?”

Como educadora acredito que temos de ter um olhar sensível a todos os educandos, e não por achar, por alguma característica, que um aluno mereça ou não meu esforço enquanto docente. Busco uma educação igualitária em todos os sentidos.

Demarcar se o sujeito terá ou não sucesso por sua condição de vida, local onde vive ou de quem descende é algo que, ao meu ver, é completamente descabido. Mas algo muito real ao olhar de muitas destas educadoras. Em grande parte, tendo como signo principal deste provável insucesso a pobreza. Sem observar ou tentar compreender as trajetórias destas famílias pobres.

“Para que perder tempo dando banho, se em casa eles não têm essa preocupação, não sou eu que vou me preocupar.”

Nesta fala a professora em questão criticava a outra colega que dava banho em um de seus alunos, um bebê que estava notavelmente desconfortável pela falta de higiene e a família morava em um *barraco* sem água e sem saneamento básico. Devemos refletir enquanto educadoras sobre estes corpos que são precarizados, estigmatizados e excluídos é essencial. Não devemos esquecer que a educação é um direito social fundamental a todos os seres humanos. Acredito também que me cabe enquanto educadora empoderar esses sujeitos invisibilizados pela sociedade para que cobrem e reivindiquem seus direitos e sua cidadania.

A educação escolar é um bem público e condição necessária para a liberdade e para a libertação. Pois através da educação iremos constituir melhores cidadãos mais empoderados e conscientes de seus direitos.

Conforme traz Cury, o caminho para reduzir as desigualdades e as discriminações é a defesa da igualdade. É a partir de educação que respeita todos os sujeitos que frequentam a escola que será constituída essa cidadania mais crítica e transformadora para a sociedade que vivemos atualmente. A democracia ainda está em ascensão por meio dos movimentos sociais, que pensam e discutem sobre a vida e os direitos desses sujeitos. Precisamos ainda, refletir também a importância do direito à educação na perspectiva do direito à diferença. Pois estas diferenças são importantes para nossa constituição humana. Não buscamos igual em sujeitos, mas sim em direitos. Deste modo reduzindo as discriminações, construção de estigmas e a redução das desigualdades.

5. CONCLUSÃO

A construção deste trabalho de conclusão de curso foi algo muito complexo a mim, não só por se tratar do trabalho resultante de todos estes anos de construção da minha docência e do meu fazer pedagógico. Mas, por nele, querer demonstrar o que eu realmente acredito, como educação transformadora. E, quais atitudes e posturas incoerentes podem prejudicar toda a construção da aprendizagem e constituição humana, de um indivíduo. Também me trouxe uma grande dificuldade levantar tal tema com fala e histórias tão tristes e pesadas ao pensar que foram vivenciadas por crianças de 0 a 6 anos. Me assustando ainda mais quando contava sobre tal tema aos colegas de curso, e os mesmos me correspondiam dizendo que realmente é o que ocorre na escola. E isso é visto como normal, como corriqueiro.

Tentar compreender o quanto é segregador e sofrido, a desigualdade social é muito complexa de se entender. Pois, na construção dos estigmas, por exemplo, a uma percepção do sujeito a partir dos signos que os compõem a partir do olhar da sociedade sobre ele. O demarcando como inferior, incapaz, mas estas marcas são constituídas a partir do medo que os outros sujeitos têm sobre estes. Deste modo fortalecendo estes estigmas e a própria exclusão social.

Ao invés de perceber a multiplicidade dos sujeitos, ele os simplifica. Superar o estigma é superar essa percepção dual do mundo. E, para conseguir essa superação, não há outra maneira a não ser aproximar-se, deixar-se afetar pelo outro escutá-lo conhecer o seu contexto e sua história, para então entender que, à frente, está um ser humano complexo e único. (VIDAL, 2014, p. 142-143)

A escola deveria ter o papel de oportunizar a igualdade a todos e não excluí-los ainda mais. Excluindo ainda mais os sujeitos que já são estigmatizados pela sociedade, por serem pobres, por viverem na periferia. Acabando que a escola perde seu sentido de, através da educação, de constituir bons cidadãos, mas para isto eles tendem a estarem moldados sob certa perspectiva que a sociedade vê como ideal, como correta.

Se tornando ainda mais dolorida quando esta imagem é construída dentro, também da escola infantil. Porque não está adequado para receber esta camada da população que em muitos locais é a maioria. Temos de os acolher de maneira afetiva, com qualidade e garantido o respeito a toda essa diversidade de sujeitos.

Acredito que para meu trabalho enquanto pedagoga, que vejo como uma profissão de grande importância para a sociedade, temos uma responsabilidade muito grande, que nos exige que nos mantenhamos sempre abertas a novas aprendizagens e sempre estar em constante formação. Ser pedagoga é um compromisso político, para que a educação se dê de modo ético e sempre com a preocupação com a formação e a dignidade humana.

Nas perspectivas sobre o olhar das professoras sobre as crianças pobres, acredito que temos que treinar nosso olhar para observar e melhor compreender como essas pessoas vivem nestes contextos e como podemos contribuir para desfazer esse olhar preconceituoso sobre estes sujeitos.

Compreendo que a escola vive em um momento atual uma crise bastante importante da qual origina diferentes efeitos. Mas consideramos que determinados temas, à exemplo deste têm de ser evidenciados e debatidos.

Para concluir esta escrita, penso que este foi um trabalho inicial, ainda temos muito a pensar sobre o trato e o trabalho realizados nas escolas quando se trata de crianças pobres. Ainda ao pensarmos na atual conjuntura política, onde não são valorizados os direitos sociais e em muitos direitos que asseguram a vida destas crianças podem deixar de existir.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Corpos precarizados que interrogam nossa ética profissional. In: ARROYO, Miguel; SILVA, Maurício R. da (Org.). **Corpo-infância: exercícios tensos de ser criança; por outras pedagogias dos corpos**. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 23-54.

_____. **Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social - Módulo Introdutório - Pobreza, desigualdades e educação** (<http://egpbf.mec.gov.br/modulos/intro/capitulo1.html>) , 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n. 8.069/90. Brasília, DF. 1990.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394/96. Ministério da Educação. Brasília, DF 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Pobreza, desigualdades e educação: módulo introdutório**. Brasília: MEC/SECADI. 2013. 37 p. Módulo introdutório do Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Autoria de Miguel G. Arroyo. Documento Disponível em <<http://egpbf.mec.gov.br/modulos/pdf/intro.pdf>>. Acesso em 28 out. 2018.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença**. Cadernos de Pesquisa, n.116, p.245-262, jul. 2002.

FONSECA, Claudia. O abandono da razão: A descolonização dos discursos sobre a infância e a família. In: SOUZA, Edson André Luiz de (org.). **Psicanálise e colonização: leituras do sintoma social no Brasil**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

FREIRE, Madalena. **O olhar do observador**. Disponível em: <<http://oolhardoobservador.blogspot.com>>. Acesso em: 13 nov. 2018.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

_____. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2011.

MARTINS, José Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

PAIVA, Jacyara Silva de. **Caminhos do Educador Social no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

VIDAL, Alex da Silva. **Adolescentes em medida socioeducativa: um estudo sobre estigma**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2014.

VIDAL, Alex. Os jovens em conflito com a lei: construindo vidas descartáveis. In: CRAIDY, Carmem Maria; SZUCCHMAN, Karine. **Socioeducação: fundamentos e práticas**. Porto Alegre: EVANGRAF, 2015.